

FABIANO MACANHAN FONTES

**BANCO PÚBLICO E PRIVADO,
SEUS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E O EFEITO EM SEUS *SPREADS***

CURITIBA

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

BANCO PÚBLICO E PRIVADO,
SEUS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E O EFEITO EM SEUS *SPREADS*

Monografia apresenta como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Econômico da Pós-Graduação em Economia da UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Nakabashi

CURITIBA

2007

Dedico este trabalho ao meu Pai e a minha Mãe, que amo muito, e me deram o exemplo de determinação a ser seguido.,

À a minha esposa, minha paixão, que sempre me apoiou em todos os desafios.

Ae aos meus filhos, Fabiana e Vitor, que são a razão da minha vida.

Meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, que compõe uma grande família, onde o amor é a base de nossa união.

Minha sogra e a Bisa Lourdes que fazem parte de nossa vida.

Agradecimentos

A Deus, pela sua presença.

Ao meu orientador Luciano Nakabashi, que me conduziu incansavelmente durante o processo de construção deste trabalho.

Ao Banco do Brasil, em especial aos colegas da agência Corporate SC, que me deram todas as condições para que eu pudesse fazer este curso.

Aos meus colegas, Fabio, Meotti e Pitt, que compartilharam comigo os momentos de alegria e dificuldades desta jornada.

Para conhecermos os amigos é
necessário passar pelo sucesso e
pela desgraça.

No sucesso,
verificamos a quantidade
e, na desgraça, a qualidade.
(Confúcio).

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
1 INTRODUÇÃO	1
2 FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS BRASILEIRA	4
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAPTAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NO EXTERIOR – TAXA DE JUROS EXTERNAS	4
2.2 RISCO BRASIL	6
2.3 EMISSÕES DE TÍTULOS DA DÍVIDA NO MERCADO EXTERNO	7
2.4 RELAÇÃO ENTRE TAXA DE JUROS EXTERNAS E TAXA DE JUROS INTERNA	8
3 FATORES QUE AFETAM O SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL	11
3.1 HISTÓRICO DO SPREAD BANCÁRIO	11
3.2 A CONCENTRAÇÃO DOS BANCOS X <i>SPREAD</i> BANCÁRIO	15
3.3 VOLUME DO CRÉDITO DESTINADO ÀS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA... 17	
3.3.1 Direcionamentos de crédito: as aplicações obrigatórias em crédito rural e habitacional	18
3.3.2 Consignação em folha de pagamento, fatores da impulsão do crédito	22
3.4 A APURAÇÃO DO SPREAD DA INDÚSTRIA BANCÁRIA	23
3.5 ESTUDOS PARA O BRASIL DOS FATORES MICROS QUE AFETAM O <i>SPREAD</i>	26
3.5.1 Aspectos metodológicos dos trabalhos do Bacen sobre <i>spread</i> bancário	26
3.5.2 Composição e decomposição do <i>spread</i> bancário	29
3.5.2.1 Composição	29
3.5.3 Decomposição do <i>Spread</i>	30
4 CUSTOS ADMINISTRATIVOS	31
4.1 COMPORTAMENTO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS	31
5 CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	34

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – RISCO BRASIL – TÍTULOS EXTERNOS.....	6
FIGURA 2 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE BÔNUS INTERNACIONAIS POR SEMESTRE 2001 – 2005	7
FIGURA 3 – TAXAS DE JUROS (% a.a.)	8
FIGURA 4 – <i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO	12
FIGURA 5 – TRAJETÓRIA DAS TAXAS MÉDIAS DE EMPRÉSTIMO, CAPTAÇÃO E <i>SPREAD</i> NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO BANCÁRIO.* BRASIL – ABRIL DE 2005 A AGOSTO DE 2006...	13
FIGURA 6 – PARTICIPAÇÃO DOS 15 MAIORES BANCOS PRIVADOS NO ATIVO TOTAL DO SISTEMA BANCÁRIO (1988-2003).....	16
TABELA 1 – ESTRUTURA DO RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)	24
TABELA 2 – ESTRUTURA DO <i>SPREAD</i> BANCÁRIO NO BRASIL PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)	24
TABELA 4 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS (EM R\$ BILHÕES).....	25

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CDBs	Certificados de Depósitos Bancários
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COPOM	Comitê de Política Monetária
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DIEESE	Departamento Sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DEPEC	Departamento Econômico
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IDU	<i>Interest Due and Unpaid</i>
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Nacional
LTCM	<i>Long Term Capital Management</i>
PIS	Plano de Integração Nacional
FGC	Fundo Garantidor do Empréstimo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IR	Imposto de Renda
PDD	Provisões para Devedores Duvidosos
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
TBF	Taxa Básica de Financiamento
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TIR	Taxa Interna de Retorno
WEF	<i>Wold Economic Fórum</i>

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar os fatores que afetam o *spread* bancário no Brasil, com especial ênfase para a importância dos custos administrativos na composição do *spread* bancário. A realização do presente trabalho se justifica pelo fato de que a grande maioria dos trabalhos analisa a importância dos elementos macroeconômicos sobre o *spread*, enquanto que as variáveis microeconômicas são relegadas a um segundo plano. E se justifica também porque o *spread* brasileiro está acima dos padrões internacionais. Esse elevado nível do *spread* pode se explicado por motivos macroeconômicos e microeconômicos, como, por exemplo, pelos custos elevados do setor financeiro, além do reflexo das alterações metodológicas utilizadas pelo Banco central, a partir de 1999. No primeiro capítulo, analisa-se como os juros externos são formados e seus impactos nos juros domésticos, que se constituem em um fator macroeconômico fundamental para a composição do *spread* bancário. No segundo capítulo descreve-se sobre alguns fatores que afetam o *spread* bancário, como as taxas de captação; a concentração de bancos; o volume de empréstimos bancários; os créditos subsidiados e o início das operações de créditos consignados. No terceiro capítulo enfatiza-se que os custos administrativos ainda são altos se comparados com os padrões internacionais. Na conclusão destaca-se que com o conseqüente aumento na competitividade entre os bancos, poderá haver uma redução dos *spreads* na medida que se reduzem os juros cobrados dos clientes, com impacto na importância dos custos administrativos na composição do *spread* bancário.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the factors that affect “spread” in Brazilian Banks, with special emphasis to the importance of the administrative costs in the composition of banking “spread” . The accomplishment of the present work is justified for the fact that the great majority of the paperwork analyzes the importance of the macroeconomic elements on “spread”, whereas the microeconomic variable is generally relegated. And it is also justified because Brazilian “spread” is above international standards. This high level of “spread” can be explained for macroeconomic and microeconomic reasons like, for example, the high costs of the financial market, reflecting the consequences of the methodology alterations used by the Brazil Central Bank, since 1999. In the first chapter, it is analyzed the formation of international interests rates and their impact in the domestic interests rates, that constitute a fundamental macroeconomic factor for the composition of “spread” in the banks in general. In the second chapter it is described some factors that affect banking “spread” , like the interest rates of financial funding; the concentration of banks; the volume of banking loans; the subsidized credits and the beginning of the operations of consigned credits. The third chapter emphasizes the continuing of high administrative costs compared with the international standards. In the conclusion it is mentioned the consequences of the increasing competitiveness in the banking industry, being possible the reduction of “spread” considering the reduction of interests rates charged on customers causing a huge impact in the importance of the administrative costs in the composition of banking “spread”.

1 INTRODUÇÃO

O *spread* bancário¹ no Brasil, não obstante as medidas adotadas pelo governo e os avanços logrados nos últimos anos, ainda continua muito elevado, na ordem de 29,7% a.a. (em abril de 2006); mesmo com a queda na taxa de juros básica (SELIC), que foi reduzida em 2,00 pontos percentuais (p.p.), no período de dezembro de 2004 a abril de 2006, o *spread* bancário cresceu, no mesmo período, em 2,90 p.p. (pontos percentuais), sustentando-se acima dos níveis praticados internacionalmente (BANCO CENTRAL, 2006).

Analisando a decomposição do *spread* bancário, no período 2001 a 2004, apresentada no Relatório de Economia Bancária e Crédito do Bacen - 2005, que consolida os números dos principais Bancos Privados e Públicos, verifica-se que as margens brutas dos bancos, que representam a segunda maior participação na composição do *spread* bancário (29,10% a.a. em 2004), vêm diminuindo juntamente com o Custo do Compulsório (7,00% a.a. em 2004). Ao mesmo tempo pode-se perceber que a inadimplência cresceu 2,93 p.p., passando a representar 33,97% a.a. do *spread* total, e os custos administrativos aumentaram 1,72 p.p., vindo a atingir 21,56% a.a. da composição do *spread* (BANCO CENTRAL, 2005).

Até 2003, os dados acima mencionados eram coletados somente dos bancos privados. A partir de 2004, foram incluídos dados do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF), que são os dois maiores bancos públicos do Brasil. Esta inclusão dos bancos públicos no cálculo do *spread* bancário no Brasil coincide com a elevação dos custos administrativos, que é justamente um dos itens que mais contribuíram para a elevação do *spread*, no período 2001-2004.

O aumento da participação dos custos administrativos no total da composição do *spread* bancário pode ter como causa: primeiramente, a redução dos demais fatores que compõem o *spread* em proporção maior que estes custos; em segundo lugar, o aumento dos custos administrativos em proporção maior que os demais componentes, provocados ou não, pela inclusão dos bancos públicos

¹ Trabalharemos com o conceito de *spread* utilizado pelo Bacen e disponibilizado em seus relatórios anuais, onde *spread* é a diferença, em pontos percentuais, da taxa de juros média dos empréstimos de carteira livre prefixadas (operações de crédito com taxa fixa, realizadas no país, onde a fonte de recursos é a parcela de captação dos bancos que está livre do compulsório) e a taxa média de captação dos bancos.

na coleta de dados realizada pelo Banco Central ou, em terceiro lugar, uma mescla dos fenômenos citados anteriormente.

O propósito geral da dissertação, que irá complementar esta monografia, é a análise da formação do *spread* bancário brasileiro focando os aspectos microeconômicos. Esse enfoque se justifica pelo fato de que a grande maioria dos trabalhos encontrados na literatura analisa a importância dos elementos macroeconômicos sobre o *spread*, enquanto que as variáveis microeconômicas são relegadas a um segundo plano. Mais especificamente, busca-se analisar o impacto dos custos administrativos sobre o *spread* e se há diferença entre os custos administrativos dos bancos públicos e privados. Para tanto, realiza-se uma análise dos custos administrativos e do *spread* dos bancos públicos e privados no período de 2001 a 2005.

O *spread* bancário brasileiro vem sendo objeto de trabalho na esfera pública (através do Banco Central do Brasil – Bacen), privada (através de entidades de classe), e das universidades, dado sua importância na composição do custo de financiamento e de seus reflexos na economia brasileira.

Ele está acima dos padrões internacionais, pois, em 2004, o *spread* do país estava em 27,20% a.a., enquanto que na Rússia ele era de 8,95% a.a., na Argentina de 8,53% a.a., na Bolívia de 8,12% a.a. e na Alemanha de 7,04 % a.a. Esse elevado nível do *spread* praticado pode se explicado por motivos macroeconômicos e microeconômicos, como, por exemplo, pelos custos elevados do setor financeiro, além do reflexo das alterações metodológicas utilizadas pelo Bacen, a partir de 1999.

Neste contexto, formula-se o problema desta pesquisa: na comparação entre bancos públicos e privados, qual a importância dos custos administrativos na composição do *spread* bancário?

Tem-se como objetivo geral analisar os fatores que afetam o *spread* bancário no Brasil, com especial ênfase para a importância dos custos administrativos na composição do *spread* bancário.

São os seguintes os objetivos específicos:

- descrever a formação da taxa de juros brasileira e a relação que os determinantes de juros externos têm com os juros internos;
- analisar quais são os fatores que afetam o *spread* bancário no Brasil;

- revisar a metodologia do custo administrativo do *spread* bancário utilizada pelo Banco Central do Brasil;
- identificar o comportamento dos custos administrativos no período de 2001 a 2005.

2 FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS BRASILEIRA

Neste capítulo será analisado como os juros externos são formados e ainda seus impactos nos juros domésticos, que se constitui em um fator macroeconômico fundamental para a composição do *spread* bancário.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAPTAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NO EXTERIOR – TAXA DE JUROS EXTERNAS

A captação de recursos no exterior em moeda estrangeira por parte de indivíduos, empresas e governos de um país, compõe o total de sua dívida externa. A captação de moeda estrangeira se concretiza de diversas formas, como contratos de empréstimos, financiamentos para um projeto específico ou como emissão de título ou bônus. Os não-residentes ou não-brasileiros que adquirem tais instrumentos de dívidas passam a ter o direito de receber os juros, tornando-se credores do país. (ARRUDA; GONÇALVES, 2000).

Quanto aos instrumentos de dívida externa, os contratos de empréstimos e financiamentos permanecem com o credor. Já os títulos têm a possibilidade de serem negociados no mercado financeiro internacional. Nos anos 80, houve uma mudança relativa à negociação da dívida externa: a transformação dos contratos de empréstimo em títulos da dívida externa, processo conhecido como securitização. A alteração significa que os títulos passam de um a outro credor, e o país endividado não sabe com quem estão os títulos de dívida externa ou não sabem quem são os credores. Dentre os novos credores do Brasil podem estar governos estrangeiros, organismos multilaterais, empresas estrangeiras, bancos comerciais, inclusive, brasileiros. (ARRUDA; GONÇALVES, 2000).

Um dos tipos de bônus da dívida brasileira é constituída pelos *C-bonds*, chamados *bradies* a partir da adesão do Brasil ao Plano Brady, em 1994. Segundo SANDRONI (1999), o Plano Brady foi idealizado por Nicholas Brady, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e tornou possível o refinanciamento de diversos países endividados ao propor aos bancos credores que abrissem mão de uma parte dos créditos a receber em troca de novos títulos lastreados por papéis do

Tesouro dos Estados Unidos, considerados de risco zero pelos mercados². Em troca, os países devedores, em colaboração com o FMI e o Banco Mundial, teriam que adotar políticas de crescimento, que encorajassem o fluxo de investimentos estrangeiros, fortalecimento da poupança interna e a promoção do retorno de capitais depositados no exterior. As dívidas seriam reduzidas por meio de mecanismos voluntários com base no mercado. Em relação ao Brasil, ele deveria manter programas viáveis de conversão da dívida e possibilitar que investidores internos participassem dessas transações para que os capitais depositados no exterior retornassem ao país. Receberia apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para a conversão de empréstimos bancários em novos títulos com redução de taxas de juros. Os bancos comerciais possibilitariam dinheiro novo na forma de créditos comerciais, entre outros itens.

GARCIA e DIDIER (2003) chamam a atenção para uma das medidas mais adequadas da mobilidade de capitais: a paridade coberta das taxas de juros, por possibilitar que os fluxos de capitais sejam equalizados às taxas de juros entre os países ao serem denominadas na mesma moeda. O Diferencial da Paridade Coberta (DPC) das taxas de juros é conhecido como risco país, o que só ocorre em países emergentes, pois entre os países desenvolvidos o risco é considerado nulo. Pelo fato de atingir todos os ativos financeiros que um país emite, o risco país não é passível de *hedge*, o que significa que não tem a possibilidade de ser eliminado pela diversificação dos investimentos entre ativos do país. O risco país é consequência da situação econômica e financeira.

GARCIA e DIDIER (2003) utilizam, em sua análise, o *C-bond* e os *Interest Due and Unpaid* (IDU). Os IDU, títulos soberanos, foram emitidos em 20 de novembro de 1992, em US\$ 7,1 bilhões, e tiveram vencimento em 1.º de janeiro de 2001, conforme acordo de refinanciamento Brady. Os *C-bonds – Brazil Capitalization Bond C*, também soberanos, que foram emitidos em 15 de abril de 1994, em US\$ 7,4 bilhões, vencerão em 2014. O IDU, de início, era o título brasileiro mais líquido em negociações externas. Aos poucos perdeu liquidez e, próximo de seu vencimento, o *C-bond* se transformou no título mais líquido de todos os *brady bonds*, o principal título da dívida externa do país.

² O Brasil emitiu US\$ 50 bilhões de *bradies*. O valor total de *C-bond* emitido em abril de 1994 foi de 7,4 bilhões de dólares, em 21 parcelas semestrais até 2014, com juros crescentes a partir de 4% para as primeiras parcelas e de até 8% para as últimas.

2.2 RISCO BRASIL

ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002, p. 6) analisaram os determinantes do *spread* implícito no *C-bond*, o que significa dizer, “o diferencial da taxa de juros brasileira em relação a um título sem risco. Este *spread* é o prêmio requerido pelo mercado devido à possibilidade de o país declarar moratória no futuro”.

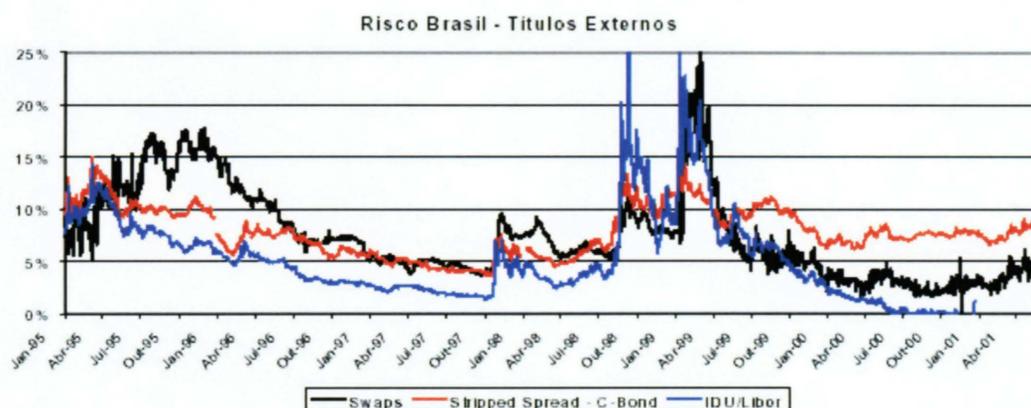
Os autores utilizaram a abordagem de modelos estruturais de análise de risco de crédito, que presume o comportamento racional dos credores, “para relacionar o *spread* implícito no *C-bond* com a probabilidade da ocorrência de moratória, probabilidade que é suposta contingente a uma medida da capacidade ou do interesse de o país servir a sua dívida, medida (...) [denominada] grau de endividamento”. (ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES, 2002, p. 6).

GARCIA e DIDIER (2003, p. 264) relatam que as medidas de risco Brasil mudam em conjunto:

Todas as medidas vinham após a crise do México (dezembro de 1994) até a eclosão da crise asiática em outubro de 1997. A partir daí elas reiniciam uma tendência de queda, embora em patamar mais elevado do que antes da crise asiática, até a crise russa e o colapso do *hedge fund Long Term Capital Management (LTCM)* em agosto de 1998. elevam-se enormemente na crise russa e voltam a cair, embora para um patamar ainda mais elevado, até a desvalorização, em janeiro de 1999. Com a desvalorização, as medidas de risco Brasil voltam a explodir, tendo decrescido paulatinamente desde o segundo trimestre de 1999. (...) Em suma, as medidas de risco Brasil apresentam uma alta correlação, respondendo fortemente às crises locais e internacionais.

Na Figura 1, os autores mostram as medidas de risco Brasil.

FIGURA 1 – RISCO BRASIL – TÍTULOS EXTERNOS



FONTE: GARCIA e DIDIER (2007, p. 8).

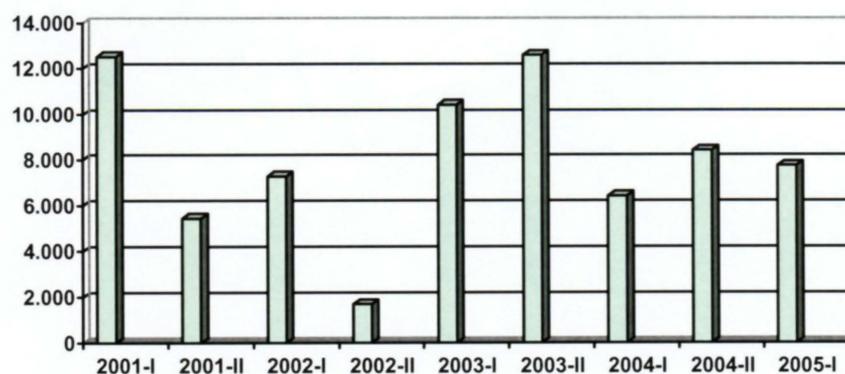
ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002) destacam a possibilidade de explicação do *spread* brasileiro pelo grau de endividamento externo. Para reduzi-lo, o modelo recomendado é a redução do endividamento externo. Em segundo lugar, sugerem que indicadores empregados comumente como dívida externa ou exportação, ou “importação/reservas” têm resultados piores; Em terceiro lugar, afirmam que os modelos estruturais de análise de risco que se embasam em elementos macroeconômicos esclarecem o risco soberano e o nível de *spread*. Em quarto lugar, que os modelos econométricos não são adequados para explicarem o *spread* como indicadores macroeconômicos, em virtude da não-linearidade existente. Finalmente, considerando o nível atual de endividamento medido pela razão “dívida externa líquida/PIB comercializável”, cada acréscimo percentual eleva o *spread* em 0,25% a.a.” (p. 11).

2.3 EMISSÕES DE TÍTULOS DA DÍVIDA NO MERCADO EXTERNO

Alguns fatores desestimularam as emissões internacionais, especialmente dois: a estrutura atual referente aos juros em dólares apurados no mercado brasileiro (cupom cambial) e no mercado externo com risco brasileiro. De acordo com o Relatório de Captações de Mercado (2005, p. 4),

(...) como o cupom cambial encontra-se bastante reduzido, com níveis próximos à LIBOR e, portanto abaixo da curva externa brasileira em dólares, reduz-se a atratividade de captações de bancos para aplicação no mercado local (seja em dólares ou em reais) e encarecem-se as operações de proteção cambial local das empresas para suas dívidas em dólares. Adicionalmente, a existência de acúmulos de caixa nas empresas para suas dívidas em dólares.

FIGURA 2 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE BÔNUS INTERNACIONAIS POR SEMESTRE 2001 - 2005



A Figura 2 indica que tanto os bancos de primeira linha quanto as empresas de grande porte, principais emissores brasileiros no exterior passaram a reduzir suas emissões de bônus em 2004, mantendo a mesma tendência em 2005, situando-se abaixo da média dos anos anteriores. O total foi de US\$ 7,7 bilhões e o prazo médio das emissões, de 11,7 anos, sendo o maior desde 2000. “(...) Embora reduzidas em volume perante os demais exercícios, as emissões brasileiras, especialmente as soberanas, têm aproveitado a situação de abundante liquidez internacional para alongar os prazos”. (RELATÓRIO DE CAPTAÇÕES DE MERCADO, 2005, p. 4).

A captação de recursos no exterior em moeda estrangeira realizada por empresas e governos, seja através de contratos de empréstimos, emissão de títulos ou bônus, forma a taxa de juros externa.

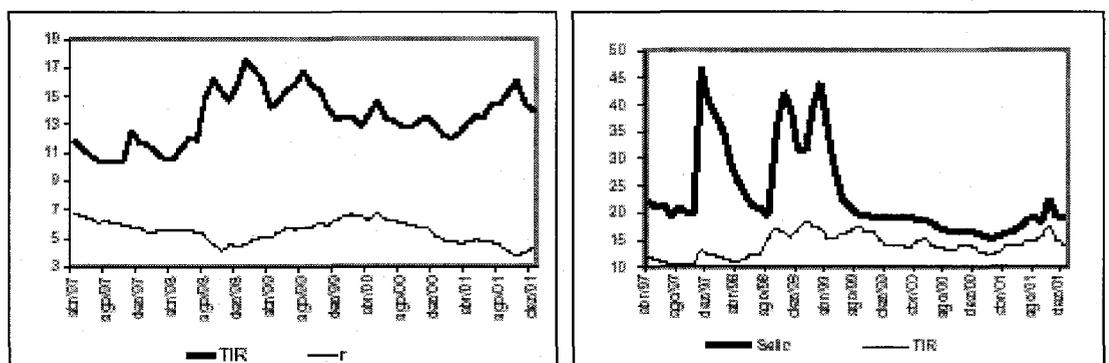
2.4 RELAÇÃO ENTRE TAXA DE JUROS EXTERNAS E TAXA DE JUROS INTERNA

Qual a relação existente entre os determinantes de juros externos e o patamar de juros domésticos?

Segundo GARCIA e DIDIER (2007), a taxa de juros doméstica é a soma dos seguintes componentes: a taxa de juros internacional; a depreciação cambial esperada; o risco cambial; e o risco Brasil.

Para ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002, p. 6), os determinantes dos juros externos estabelecem também o patamar inferior dos juros internos ou domésticos e limita o espaço para sua redução.

FIGURA 3 – TAXAS DE JUROS (% a.a.)



FONTE: ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002, p. 2)

Por meio da Figura 3, os autores mostram, à direita, a taxa de juros doméstica, medida pela Selic³ e a taxa de juros externa medida pela Taxa Interna de Retorno (TIR) (*spread + r*) do *C-bond*. Apontam, no lado esquerdo, dois importantes aspectos: que a taxa de juros externa TIR age “como um limite inferior para a taxa de juros doméstica Selic”; e que “após a mudança de regime cambial em fevereiro de 1999, a taxa doméstica se aproxima da taxa externa, indicando uma diminuição no espaço para a redução dos juros domésticos”. (ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES, 2002, p. 11). Dessa forma, os juros domésticos diminuem se houver, antes, diminuição do *spread*.

A taxa básica da economia brasileira, a Selic, tem sua meta determinada pelo COPOM⁴. Para calcular essa taxa o Copom avalia fatores, como previsão da inflação futura, de 30 dias, tendências de queda ou de elevação de preços da economia, as condições da economia internacional, especialmente se existe excesso de dinheiro no mercado internacional ou sua falta.

O Copom, ao determinar uma meta para a taxa Selic, controla a pressão inflacionária e o valor da moeda através da supressão da sua oferta. “Juros altos inibem maiores gastos e, portanto reduzem a pressão inflacionária”. (NUSDEO, 2001, p.216).

³ A taxa Selic, o instrumento primário de política monetária do Copom, é a taxa de juros média que incide sobre os financiamentos diários com prazo de um dia útil (*overnight*) lastreados por títulos públicos registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Copom estabelece a meta para a taxa Selic, e cabe à mesa de operações do mercado aberto do Banco Central manter a taxa Selic diária próxima à meta. (BANCO CENTRAL DO BRASIL – site www.bacen.gov.br)

A taxa Selic se origina de taxas de juros efetivamente observadas no mercado. As taxas de juros relativas às operações em questão refletem, basicamente, as condições instantâneas de liquidez no mercado monetário (oferta versus demanda de recursos). Estas taxas de juros não sofrem influência do risco do tomador de recursos financeiros nas operações compromissadas, uma vez que o lastro oferecido é homogêneo. Como todas as taxas de juros nominais, por outro lado, a taxa Selic pode ser decomposta ‘ex post’, em duas parcelas: taxa de juros reais e taxa de inflação no período considerado. A taxa Selic, acumulada para determinados períodos de tempo, correlaciona-se positivamente com a taxa de inflação apurada ‘ex post’. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005, p. 1).

⁴ O Comitê de Política Monetária, ou Copom, é o órgão decisório da política monetária do Banco Central do Brasil, responsável por estabelecer a meta para a taxa Selic. O Comitê foi criado em junho de 1996 com o objetivo de estabelecer um ritual adequado ao processo decisório de política monetária e aprimorar sua transparência. O Copom é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Banco Central: o presidente e os diretores de Política Monetária, de Política Econômica, de Estudos Especiais, de Assuntos Internacionais, de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Administração, Fiscalização e Liquidações e Desestatização. O presidente tem direito ao voto decisório em caso de empate na decisão da política monetária. (BANCO CENTRAL DO BRASIL – site www.bacen.gov.br)

Fatores macroeconômicos, como a taxa de juros externa e a taxa de juros doméstica, que estão interligadas, compõem o custo de captação dos bancos no Brasil e afetam diretamente o *spread* bancário, que é o resultado da diferença entre o custo de captação e aplicação.

Após essa contextualização, analisam-se, no próximo capítulo, os principais fatores que afetam o *spread* bancário.

3 FATORES QUE AFETAM O SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

Neste capítulo analisam-se alguns fatores que afetam os spread bancário, como: as taxas de captação; a concentração de bancos; o volume de empréstimos bancários; os créditos subsidiados e o início das operações de créditos consignados. Inicia-se por um breve histórico dos spreads bancários no Brasil.

3.1 HISTÓRICO DO SPREAD BANCÁRIO

O uso do *spread* recebeu maior ênfase a partir do final dos anos 70 e começo dos anos 80, principalmente depois da segunda elevação dos preços do petróleo, em 1979, e sobrecarregou a dívida externa nos anos 80. Segundo SANDRONI (1999, p. 575), “o Brasil pagou *spreads* muito elevados no processo de rolagem de sua dívida externa durante os anos 80”.

Depois do Plano Real, o *spread* bancário apresentou-se com as seguintes características:

1) os *spreads* bancários caíram vertiginosamente desde a implantação do Plano Real, porém ainda permanecem em níveis muito elevados; 2) os recolhimentos compulsórios sobre as operações ativas dos bancos no período logo após o Plano Real foram determinantes para os elevadíssimos níveis alcançados pelos *spreads* bancários logo após o Plano Real; 3) em geral, os *spreads* cobrados nas operações com pessoas físicas são bem superiores aos praticados com empresas; 4) as margens cobradas pelos bancos em suas operações de empréstimos são bastantes suscetíveis a mudanças do cenário macroeconômico sejam elas provenientes de choques externos ou domésticos; 5) descontada a trajetória do spread antes de outubro de 1999, a queda observada mostra-se bem pronunciada, mas ainda assim significativa. (OREIRO *et al.*, 2006. p.10).

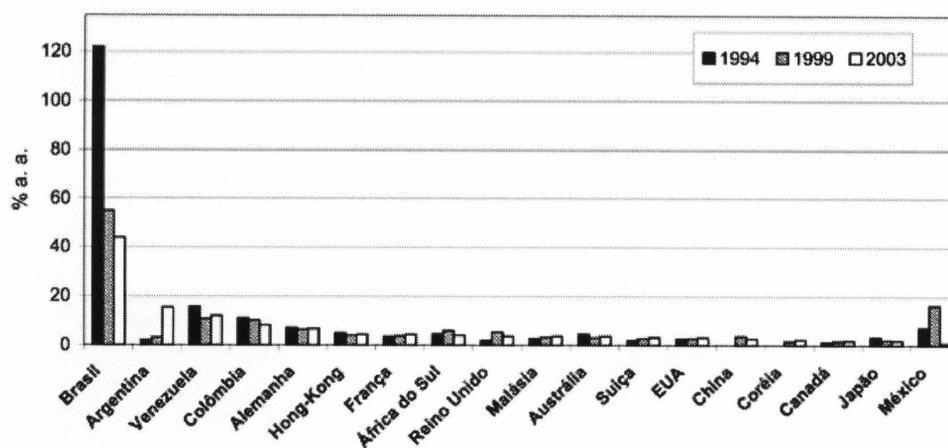
Pela Figura 4, pode-se constatar que o Brasil está, em termos de nível do *spread*, bem à frente dos demais países. O “*spread* médio dos empréstimos para pessoas físicas e jurídicas praticados no sistema bancário brasileiro, em 1994, era de cerca de 120%, um valor aproximadamente oito vezes maior do que o país, que possuía a segunda maior taxa cobrada dentre os selecionados”. (OREIRO *et al.*, 2006, p. 9).

No começo de 1995, os bancos brasileiros cobravam um *spread* médio de 150%, no âmbito das medidas de política monetária determinadas pelo Banco Central, depois da implementação do Plano Real.

Ainda analisando a Figura 4, observa-se, em 1999, o início do processo de queda do *spread* bancário, chegando aproximadamente à 55%, passando para 40

%, em 2000 e 44%, em 2003; taxa três vezes maior se comparada à taxa dos países latino-americanos e 10 vezes acima do que cobram os países do leste da Ásia.

FIGURA 4 – SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO



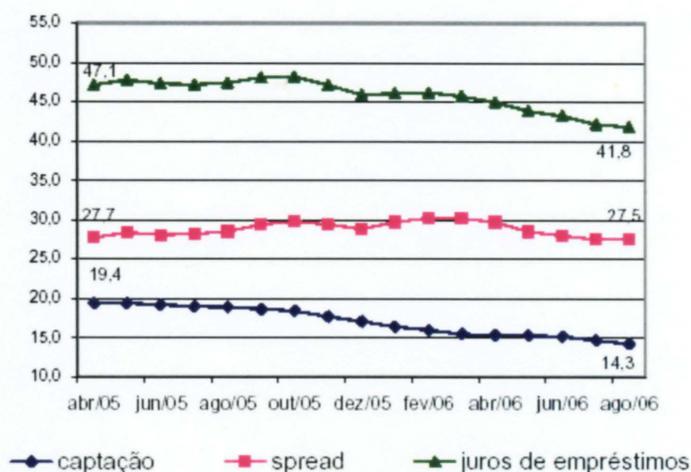
FONTE: IEDI, Carta n. 100, 2004, a partir de dados do FMI e do BCB.

Segundo o relatório do BACEN (2005), com a consolidação da estabilidade macroeconômica, houve expansão do crédito livre doméstico, tanto para pessoa jurídica como para a pessoa física, e melhoria na qualidade das carteiras e nas condições das operações (prazos e *spread*). Sobre a evolução dessas variáveis no passado recente, tem destaque, no relatório do BACEN, que o efeito favorável da estabilidade macroeconômica e das medidas de caráter institucional e microeconômica suplantou o efeito da elevação da taxa de juros básica a partir de setembro de 2004. Porém, os *spreads* bancários ainda ficaram em patamares elevados (27,20% a.a. em 2004), em relação aos níveis internacionais (Rússia em 8,95% a.a., Argentina em 8,53% a.a., Bolívia em 8,12% a.a. e Alemanha em 7,04% a.a.). Para compreender as razões de um *spread* tão elevado é preciso investigar a contribuição de cada um dos seus componentes. Em 1999, esse esforço foi feito pelo próprio BACEN e a análise foi atualizada até 2005. (BANCO CENTRAL, 2005)

Segundo o Departamento Sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no mês de agosto de 2006 o *spread* médio manteve-se no mesmo patamar de abril de 2005, embora tenham ocorrido diversas reduções no custo de captação que diminuiu, aproximadamente, 26,3%, no

período. A taxa média do empréstimo bancário baixou, desse modo, de 47,1% para 41,8%, mas não houve redução do *spread*, que ocupou praticamente o mesmo patamar (Figura 5).

FIGURA 5 – TRAJETÓRIA DAS TAXAS MÉDIAS DE EMPRÉSTIMO, CAPTAÇÃO E *SPREAD* NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO BANCÁRIO.* BRASIL – ABRIL DE 2005 A AGOSTO DE 2006.



Fonte: Banco Central do Brasil.

(*) inclui as operações pactuadas a juros pré-fixados, pós-fixados e flutuantes, realizadas com pessoas jurídicas e físicas.

Em 8 de agosto de 2006, o Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul divulgava o Estudo do Banco de Compensações Internacionais (BIS) sobre sistemas bancários em países emergentes. O Brasil destacava-se negativamente como “o caso mais extremo de *spreads* altos cobrados sobre os empréstimos”, relatou o estudo. Em entrevista, o chefe de departamento de assuntos dos mercados emergentes, Ramon Moreno (2007), alertava para o fato de que a manutenção por muito tempo de margens de intermediação bancárias elevadas era preocupante, pois inclui, entre outros itens, a falta de competitividade e de regulamentações governamentais.

Na *Análise do relatório de competitividade de 2006-2007* do *World Economic Fórum* (WEF), o Brasil continua “perdendo posições significativas no *ranking* geral de competitividade. O estudo tem como base dados estatísticos. A coleta de dados no Brasil, que é realizada entre os empresários, concretiza-se por meio da Fundação Dom Cabral e pelo Movimento Brasil Competitivo, parceiros

brasileiros do Fórum Econômico Mundial. O Fórum entende a competitividade como a capacidade de uma economia “manter taxas de crescimento econômico no curto e médio prazo, gerando prosperidade para sua população”. (ARRUDA, TELO; ARAUJO, 2007, p. 1).

Segundo os autores (2007, p. 1), “o Brasil se depara com grandes problemas em diversas áreas, apresentando queda de nove posições no *ranking* (de 57.º para 66.º). Destaca-se o péssimo posicionamento no pilar Macroeconomia (114.º lugar) e Instituições (91.º lugar), equilibradas apenas por posições boas nos pilares Sofisticação Empresarial (38.º lugar) e Inovação (38.º lugar)”.

O Relatório ressalta que o alto *spread* bancário por diversos anos é um dos problemas que prejudicam a competitividade. Adicionalmente, o país enfrenta outros problemas como: alto nível de gastos públicos e alta carga tributária; baixa eficiência do setor público que não consegue prover infra-estrutura de qualidade; sistema legal lento; além de crédito escasso e caro.

O posicionamento no pilar Macroeconomia (114.º lugar), que deixa muito a desejar, pesa sobre os brasileiros. O *spread* é definido por SANDRONI (1999, p. 575) como “taxa adicional de risco cobrada sobretudo (mas não exclusivamente) no mercado financeiro internacional. É variável conforme a liquidez e as garantias do tomador do empréstimo e o prazo do resgate”.

TAVARES, TAVARES e MOURA (2006, p. 12) explicam a composição do *spread* bancário:

O *spread* bancário é composto por despesas administrativas, impostos indiretos (CPMF), risco de crédito (inadimplência), Imposto de Renda (IR)/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e lucro do banco. Assim, para reduzir o *spread* e, conseqüentemente, incrementar a atividade econômica, cabem medidas sobre cada um desses componentes. Há os que defendam a redução dos tributos que incidem sobre a atividade bancária, como forma de reduzir seus custos. Maior concorrência entre as instituições financeiras pode resultar em menores despesas administrativas e margens de lucro equivalentes às das demais atividades não financeiras da economia.

ASSAF NETO (2003) complementa que os fatores que compõem o *spread* cobrado pelos bancos são os seguintes:

- a) “taxa de captação do banco”, envolvendo o custo do “depósito compulsório sobre captação”;
- b) impostos indiretos e contribuições Plano de Integração Nacional (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS),

Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), além da contribuição financeira das instituições financeiras com o Fundo Garantidor do Empréstimo (FGC) estimada através de um percentual que incide sobre o saldo mensal de captação;

- c) gastos administrativos incididos pela instituição e calculados sobre cada unidade de crédito concedido;
- d) inadimplência, a ser estabelecida pela relação sobre a provisão de pessoas cujo pagamento é duvidoso e o volume de crédito concedido;
- e) impostos sobre os lucros, a exemplo do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- f) lucro do banco, que precisa refletir a margem de lucro que a instituição espera que seja alcançada com a operação, que é constituída de modo especial pelas “condições de negócios do mercado e risco de crédito concedido”.

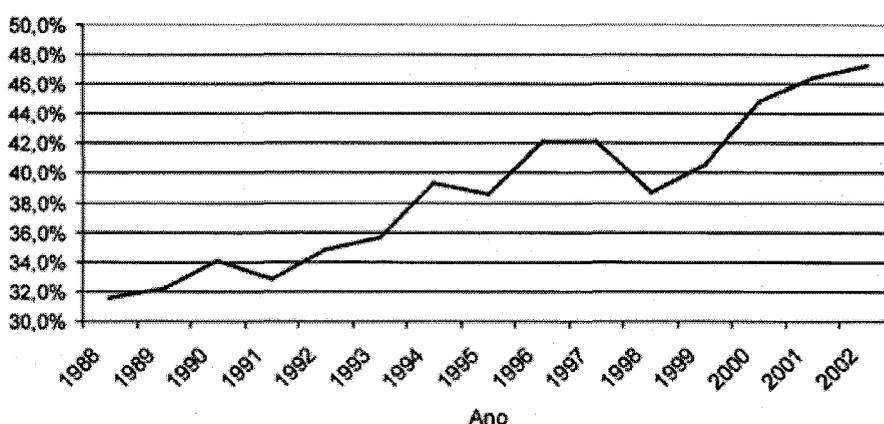
3.2 A CONCENTRAÇÃO DOS BANCOS X SPREAD BANCÁRIO

Para OREIRO *et al.* (2006), o alto *spread* bancário do Brasil deve-se ao:

- a) aumento da concentração bancária e do poder dos bancos. A propósito, no estudo de NAKANE (2002), que utilizou séries temporais agregadas no período de 1994-1998, foram encontradas evidências de estrutura de mercado-não competitiva no setor bancário do Brasil. Embora não há hipótese de formação de quartel, o fato dos bancos trabalharem com *spread* altos na formação de receitas suficientes para cobrir os elevados custos e, como conseqüência da capacidade de precificar os serviços em nível superior ao custo marginal, no que se refere aos serviços bancários, não os estimula a aumentar sua eficiência operacional;
- b) poder de mercado dos bancos devido à concentração do setor bancário.

A Figura 6 mostra que, no período de 1988 a 2003, a cota de mercado dos 15 maiores bancos privados subiu de, aproximadamente 29%, em junho de 1988, para aproximadamente 47%, em janeiro de 2003. (OREIRO, et al. 2006, p. 11)

FIGURA 6 – PARTICIPAÇÃO DOS 15 MAIORES BANCOS PRIVADOS NO ATIVO TOTAL DO SISTEMA BANCÁRIO (1988-2003)



FONTE: COUTINHO (2003, p. 20).

Segundo TROSTER (2005), o setor bancário sofreu grandes transformações no período 1994-2003 pela confluência de elementos, como: saneamento do sistema financeiro; estabilização da moeda; abertura aos bancos estrangeiros; fluxo crescente de capitais internacionais; privatização de bancos estatais; entre outros. Aproximadamente, metade dos bancos deixou de existir ou mudou de controle. A diminuição dos bancos não foi um fenômeno somente brasileiro, mas também ocorreu em outras economias latino-americanas, como Argentina, Chile e México. Os ganhos de produtividades nesse período foram expressivos, correspondendo a 66%.

Haveria conluio ou cartel entre os bancos?

Um teste empírico foi realizado por NAKANE (2001) a respeito do poder de mercado por parte dos bancos, utilizando o modelo de Bresnahan & Lau (1982). Concluiu que os bancos não agem em cartel, mas que é necessário maiores estudos sobre a natureza da imperfeição do mercado, específica do sistema bancário no Brasil.

PETTERINI e JORGE NETO (2003) estudaram a competição existente entre os bancos privados no Brasil, por meio do modelo de JAUMANDREAU e

LORENCES (2002). Também concluíram que não agem em conluio e indicaram o oligopólio como a estrutura de mercado mais próxima às operações de crédito.

ARAÚJO, JORGE NETO e PONCE (2005) também investigaram o grau de competição entre os bancos brasileiros, utilizando o modo de PANZAR e ROSSE (1987). Tiveram como resultado que o grau de concentração existente do mercado brasileiro não indica tendência de aumento ou redução e que existe uma relação negativa entre a competitividade a concentração no sistema bancário brasileiro.

Para MEIRELLES (2004, p. 21), a redução do *spread* bancário e do lucro envolvem: “estímulo à concorrência, fortalecimento das garantias e segurança jurídica, e redução da cunha fiscal sobre a intermediação”.

3.3 VOLUME DO CRÉDITO DESTINADO ÀS PESSOAS FÍSICA E JURIDICA

Antes de entrar mais especificamente no tema deste item, observa-se que, até 2004, as análises relativas ao *spread* foram realizadas pelo Banco Central sem a consideração do crédito direcionado, dado pela exigibilidade de aplicação de 25 % dos depósitos a vista, captados pelos bancos, em empréstimos rurais e o direcionamento obrigatório de 65 % dos recursos captados em poupança para o financiamento imobiliário. É importante ainda destacar que o crédito consignado em folha, que já representam em torno de 45 % do total do mercado de crédito pessoal, foi regulamentado em dezembro de 2003.

Com o reaquecimento econômico e o crescimento da disponibilidade de recursos para empréstimos juntamente com a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre empréstimos para pessoas físicas, mais especificamente a partir do terceiro semestre de 1999, passou a ocorrer de forma mais intensa o aumento do saldo de empréstimos do sistema financeiro na modalidades de crédito para pessoas física e jurídica.

Segundo o BANCO CENTRAL (2000), as principais modalidades de crédito subiram em 50,2% de outubro de 1999 a outubro de 2000. A taxa de crescimento para operações de pessoas jurídicas se concretizou em 20,2% e para pessoa física em 106,2%.

Tal crescimento do volume total de créditos livres concedidos é associado pelo Banco Central a fatores, como o crescimento da demanda, que se deu pelo reaquecimento econômico, pela queda da taxa SELIC, por ter proporcionado operações de crédito mais acessíveis à população, e pela priorização das pessoas físicas por parte dos bancos, o que significa maior *spread* que as pessoas jurídicas.

Nas operações de pessoa jurídica, o BANCO CENTRAL (2005, p. 15) acentua a evolução dos volumes concedidos “na modalidade conta garantida em relação aos concedidos na modalidade de capital de giro; enquanto na primeira não houve alteração entre janeiro de 2000 e outubro de 2000, na última houve um crescimento de 24,9% no mesmo período”.

No que se refere às modalidades de crédito para pessoa física, a modalidade de cheque especial aumentou de 26,6%, no período, em contraste com a expansão do volume de crédito pessoal (54,4%) e de modo especial do volume concedido para compra de bens (198,4%).

3.3.1 Direcionamentos de crédito: as aplicações obrigatórias em crédito rural e habitacional

Ao se examinar medidas que levem a redução dos *spreads* bancários no Brasil, é importante considerar que

os direcionamentos de crédito a que os bancos intermediadores de poupança pública estão sujeitos. Isso explica na medida que os direcionamentos impactam diretamente na decisão alocativa dos bancos e, portanto, em seus retornos esperados, com efeitos potenciais não desprezíveis sobre volumes e preço de crédito concedido. (COSTA; LUNDBERG, 2004, p. 49).

COSTA E LUNDBERG (2004, p. 49) realizaram uma investigação dos sistemas de direcionamento obrigatório de recursos existentes no Brasil, no que se refere aos segmentos rural e habitacional. Destacam duas regras:

(...) a exigibilidade de aplicação de 25% dos depósitos à vista em empréstimos rurais à taxa de 8,75% a.a.⁵ (sob pena desses recursos ficarem esterilizados sem remuneração no Banco Central) e o direcionamento obrigatório de 65% dos recursos captados em caderneta de poupança para o financiamento imobiliário, dos quais 80% devem ser

⁵ Hoje a taxa praticada é de 6,75 % a.a.

aplicados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com taxas de juros limitadas a TR + 12% a.a. e *spread* de 6% a.a

Na década de 1960, a criação dos sistemas de financiamentos, que favorecem os setores habitacional e rural, tinha como justificativas razões econômicas, entre outras, o bom desempenho do SFH até o fim dos anos 1970 e o apoio creditício ao setor rural. Mas após estes anos era necessário realizar uma avaliação do desempenho desses mecanismos, especialmente quanto ao seu papel de garantia de acesso de financiamento com baixo custo para indivíduos e empresas.

COSTA e LUNDBERG (2004) destacam terem realizado essa avaliação cuja análise se concentrou na evolução do crédito dirigido de mercado, sem avaliações sobre as várias políticas sociais voltadas para os referidos setores, procurando, dessa forma, identificar problemas e abrir debates quanto ao provimento de recursos para esses setores.

Em primeiro lugar, fizeram uma apresentação teórica dos pontos fortes e fracos quanto ao direcionamento de crédito, destacando que os bancos justificam a presença de direcionamentos obrigatórios de recursos como suprimento de determinados setores que, sem esta opção, não teriam como realizar financiamentos suficientes para terem um bom funcionamento. E apontam para a teoria formalizada por STIGLITZ e WEISS (1981), ao defenderem que

(...) o equilíbrio do mercado se dá em quantidades ao ponto que iguala oferta e demanda, caracterizando uma situação de escassez na oferta de crédito. As bases desses fenômenos estão, mais uma vez, vinculadas a problemas de incerteza, além da hipótese natural de que elevações nas taxas de juros de empréstimos superiores a determinado nível implicam no financiamento de projetos mais arriscados e, portanto, com reflexos negativos sobre o retorno médio da carteira total. (COSTA; LUNDBERG, 2004, p. 50).

Considerando que o funcionamento do direcionamento obrigatório de crédito são adotados visando à redução do problema de racionamento de crédito em setores sociais, se não forem minimizados os problemas de escassez o órgão regulador exerce intervenção no processo alocativo dos bancos para que esses setores consigam receber um mínimo de recursos. COSTA e LUNDBERG (2004, p. 50) lembram um outro aspecto: A transferência sobre o processo de escolha do banco e a restrição que, com isso, é imposto ao seu programa de otimização

(...) insere um *trade-off* entre eficiência e provimento (...). Ao se depararem com as exigibilidades, os bancos passam a considerá-las no processo completo de decisão e (...)

se elas (...) determinam volumes acima e preços abaixo do que os bancos praticariam na ausência da obrigatoriedade – o reflexo se dá no preço e quantidades de equilíbrio das operações. O reflexo ocorre também ‘na escolha do volume total de crédito concedido e nos *spreads* praticados nas demais modalidades de crédito’.

A imposição de direcionamentos obrigatórios resulta em impactos de duas ordens. Na primeira, estão os problemas de ineficiência alocativa e de subsídios cruzados. A ineficiência acontece se a obrigatoriedade de aplicação de recursos em setores específicos gera redução dos recursos em setores com melhor produtividade. No que se refere aos subsídios cruzados, “a exigência de taxas de juros menores do que as livremente pactuadas em mercado impõe aos setores não-beneficiados taxas de juros maiores do que as que seriam praticadas normalmente” (COSTA e LUNDBERG, 2004, p. 51).

Mesmo com a presença de benefícios, o direcionamento de crédito obriga ineficiências ao sistema econômico e, especialmente, aos outros segmentos tomadores de crédito que, em última análise, são os responsáveis por arcar com os subsídios impostos pelo direcionamento de crédito. Além disso, o direcionamento somente se justifica no modo como está desenhado, se esse *trade-off* se revelar a favor no que diz respeito ao bem estar social, o que pode ser observado pela capacidade de prover recursos para os segmentos do mercado.

Quanto ao crédito imobiliário, COSTA e LUNDBERG (2004) se referem à preocupação existente por parte dos governos quanto à determinação de um mercado ativo de crédito imobiliário, em geral, e o de financiamento habitacional, em particular. A preocupação está no fato dos ganhos de bem-estar relacionados pertencerem a um mercado de financiamento habitacional eficaz, como nas conseqüências multiplicativas que seu desenvolvimento coloca no aspecto de crescimento da renda e do emprego, questão esta que vem sendo discutida no Brasil a partir da década de 90. Falta, no entanto, uma análise mais aprofundada das causas que impedem o desenvolvimento desse mercado..

Dois são as estruturas formais de financiamento habitacional existentes, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com determinações fixas relativas a taxas e opções contratuais, e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que substituiu o SFH. O SFI foi criado em 1997 (Lei 9.514) e também determina as bases formais para um mercado secundário de crédito imobiliário, procurando dar liquidez ao sistema. No entanto, o déficit habitacional não teve significativa redução.

Um estudo realizado por COSTA (2004), que se tratou de exercício econométrico, buscou provar a ineficiência alocativa com o direcionamento do crédito habitacional, no período de 1995-2001. Concluiu que a variável denominada empréstimos totais tem a função de fazer os ajustes necessários para que ocorra a relação de equilíbrio e que a variável empréstimos habitacionais teve coeficiente igual a zero.

Diante disso, COSTA e LUNDBERG (2004, p. 54) comentam que

(...) o volume de empréstimos habitacionais é prioritariamente definido por questões exógenas às decisões de investimento dos bancos, fruto da normatização e dos objetivos da política econômica, sua capacidade de resposta aos desequilíbrios na relação com o volume total de empréstimos fica prejudicada. Ao contrário, os bancos ajustam os desequilíbrios de curto prazo ocorridos no volume total de empréstimos concedidos.

O que as evidências indicam, conforme os autores, é que o mercado de crédito imobiliário no Brasil não vem sendo consequência do atual sistema de direcionamento obrigatório, porque são pequenos os volumes de financiamento; o mercado secundário não se estabeleceu com solidez, portanto, limita o mercado primário. Essas constatações sugerem que a estrutura do sistema de financiamento imobiliário no Brasil deve ser melhor analisada.

Quanto ao crédito rural obrigatório, mesmo sendo importante para a agricultura e para a agroindústria, faz pesar custos à sociedade. Em 2004, o Banco Mundial divulgou que o aumento da produção e a produtividade têm pouca relação com o crescimento do crédito subsidiado ao setor. Os financiamentos com apoio de recursos governamentais diversos, “cadernetas de poupança rural e recursos livres caíram, respectivamente, de 35,0%, 36,0% e 16,0%, em 1995, para 29,5%, 26,0% e 5,2% em 2002. Por outro lado, as aplicações obrigatórias tiveram sua participação elevada de cerca de 13,0% dos financiamentos rurais, em 1995, para 52,7% em 2002”. (COSTA; LUNDBERG, 2004, p. 57).

Na verdade, no Brasil existe um crédito rural voltado aos grandes produtores rurais e às grandes agroindústrias. Segundo KESSEL (2001), somente 5,89% dos volumes orientados ao crédito rural têm valor abaixo de R\$ 10.000,00. Não existem sinais de que os pequenos produtores rurais, que não tem acesso, ao crédito, se beneficiem.

3.3.2 Consignação em folha de pagamento, fatores da impulsão do crédito

Segundo TAKEDA e BADER (2005), dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (2005) indicam aumento dos saldos de todas as modalidades de crédito livre, especialmente no crédito pessoal. A Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que trata das operações de crédito em consignação em folha de pagamento, possibilitou a oferta de empréstimo consignado aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) de um produto bancário já oferecido aos servidores públicos e também proporcionou aos pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS) terem acesso ao crédito, com desconto das prestações diretamente na folha de pagamento, diminuindo o risco de inadimplência, um dos fatores que compõem o *spread* bancário.

O empréstimo consignado tem como regra que a parcela da renda mensal dos trabalhadores da CLT para a consignação não deve estar acima de 30% da renda mensal líquida e deve considerar se o trabalhador tem outros descontos em folha de pagamento, não podendo a parcela do empréstimo ir além de 40% de sua renda. Além disso, em caso de demissão, o credor tem acesso até 30% de indenização recebida pelo ex-funcionário. Também tem amparo no crédito consignado os aposentados e pensionistas do INSS, cuja parcela mensal comprometida não pode ultrapassar 30% da renda mensal líquida.

Segundo TAKEDA e BADER (2005), as taxas de juros do empréstimo consignado são mais baixas em relação àquelas praticadas no mercado de crédito pessoal, uma vez que as parcelas de pagamento são descontadas diretamente do salário, reduzindo o risco de inadimplência. E mesmo aqueles cujo nomes estão em cadastros como os da Serasa e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), podem fazer tais empréstimos.

Os autores relatam pesquisa do Banco Central, sobre a taxa de juros, referente a uma amostra de 13 bancos. A totalidade do saldo de consignação, de R\$21 bilhões equivale, aproximadamente, de 35% a 45% do mercado de crédito pessoal. Relatam também que o total referente aos trabalhadores privados é pequena e que se mantiveram constantes as novas concessões de crédito. Quanto aos aposentados, aproximadamente 25% têm empréstimos consignados; na região Norte a porcentagem vai além de 30%.

A respeito da melhora da qualidade da carteira de crédito com o empréstimo consignado do INSS, TAKEDA e BADER (2005, p. 84) observam que

Há uma interessante característica do empréstimo consignado em folha de pagamento, que pode estar relacionada com o empregador do tomador do crédito. Nesse mercado, a qualidade do crédito é classificada como “A”, mesma classificação dada quando o empregador do trabalhador que toma o crédito é, por exemplo, o governo federal. Isso significaria uma oportunidade para os bancos melhorarem a qualidade de crédito da carteira para pessoas físicas e, como consequência, menos exigência de capital próprio para as provisões. Dessa forma, o aumento da proporção em carteira do crédito consignado em folha dos aposentados e pensionistas do INSS pôde aliviar a situação dos bancos que estavam operando próximo ao limite de alavancagem regulamentar.

Essa situação mais vantajosa em termos de risco da operação, tornou tal modalidade um padrão para que se estruturassem as diversas parcerias de cessões de crédito entre bancos, a partir do final de 2004.

3.4 A APURAÇÃO DO SPREAD DA INDÚSTRIA BANCÁRIA

Em estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIEPECAFI) (2005), sobre a apuração do *spread* da indústria bancária, em 2003 e 2005, compara dados do Sistema Financeiro Nacional e dados dos bancos que participaram da pesquisa a propósito do desenvolvimento do modelo do *spread* das instituições bancárias. A mostra se constituiu de 75,8% do ativo total das instituições do setor bancário e 76,4% do total de créditos do setor. Quanto à “composição em termos percentuais, da Carteira Total de Crédito das 11 instituições pesquisadas em relação ao total de ativos de cada instituição, a média da amostra situou-se em 33,5% e, para o total do setor, em 33,2%.” (FIEPECAFI, 2005, p. 9).

Tendo como base as modalidades de produtos consumidos entre as 11 instituições participantes, o direcionamento do crédito concedido com recursos livres do setor bancário às Pessoas Físicas e Jurídicas, divide-se em 53,1% dos créditos destinados às Pessoas Jurídicas e 46,9% às Pessoas Físicas (Tabela 1) A FIEPECAFI (2005) considera que a amostra do trabalho que realizou compõe 68,8% do volume de crédito à pessoa jurídica e 63,9% do crédito à pessoa física.

O trabalho focou o *spread* líquido total, que apresenta o cenário do *spread* auferido pelo sistema financeiro no Brasil. O *spread* é deduzido do bruto, tanto no que se refere às despesas financeiras e totais de captação quanto aquelas

abrangidas no processo de intermediação financeira, como impostos diretos, provisão para devedores duvidosos, despesas com o fundo garantidor de crédito, entre outros. Nas duas tabelas seguintes são apresentados os resultados das três categorias de margem/*spread* bancários.

TABELA 1 – ESTRUTURA DO RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)

	PJ	PF	TOTAL
A – receita de aplicação financeira	100,0	100,0	100,0
B – Despesa de captação	(50,8)	(29,6)	(38,0)
Margem direta	34,6	46,0	41,5
Margem líquida	5,3	10,0	8,1

Na Tabela 2 indica-se a participação de cada categoria de margem explicitada no trabalho (bruta, direta e líquida) sobre a totalidade da receita de aplicação. “Conclui-se que, para uma receita de 100 unidades monetárias, as instituições financeiras auferiram margem bruta de 62%, margem direta de 41,5% e margem líquida de apenas 8,1%” (FIPECAFI, 2005, p. 4).

TABELA 2 – ESTRUTURA DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)

	PJ	PF	TOTAL
Saldo médio do capital emprestado	100,0	100,0	100,0
A - Receita de aplicação financeira	9,4	16,5	12,7
B - Despesa de captação	(4,8)	(4,9)	(4,8)
<i>Spread</i> bruto	4,6	11,6	7,9
<i>Spread</i> direto	3,2	7,6	5,3
<i>Spread</i> líquido	0,5	1,6	1,0

Dentre os outros componentes do modelo estão o saldo médio do capital emprestado, a receita de operações de crédito, a despesa de captação, a despesa direta e a despesa operacional.

Na segunda parte do trabalho, foi apurada a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) dos bancos, abordando as demonstrações financeiras das empresas que possibilitam mostrar como um setor cria riqueza. Sua apuração demonstrou que “os bancos ganharam mais com operações de crédito (42% do lucro líquido) do que com as operações com tesouraria (20%), diferentemente do

que se proclama, sem comprovação, que os bancos preferem operar com títulos públicos, em vez de emprestar para empresas e pessoas” (FIPECAFI, 2005, p. 5).

Além disso, observou-se que boa parte dos ganhos com juros não permanece com os bancos, mas com os aplicadores, uma vez que somadas as operações de crédito, tesouraria e serviços, a cada R\$ 1,00 cobrado como juro pelo setor bancário no Brasil, R\$ 0,48 serviu para pagar juros aos aplicadores (grandes empresas, pequenos poupadores de caderneta de poupança, famílias, entre outros) e R\$ 0,18 foi utilizado para pagar recursos humanos que trabalham para os bancos, 0,15 como tributos para o governo e R\$ 0,09 ficaram desperdiçados na inadimplência, enquanto R\$ 0,10 permaneceram com os acionistas que também recebem mais R\$ 0,05 das receitas de serviços, entre outras.

Considerando-se a inclusão de toda a receita financeira como origem, não somente o lucro líquido no valor, no primeiro semestre de 2005, de R\$ 87,2 bilhões, R\$ 42,0 bilhões foram utilizados para a remuneração dos aplicadores.

Na Tabela 3, tomando-se a receita de cada coluna como 100%, vê-se que

[...] de cada R\$ 1,00 da receita financeira obtida, 9% foram perdidos com inadimplência; a essa diferença foram adicionados 5%, já que nesse semestre as receitas dos serviços e outras cobriram o pagamento das despesas operacionais com terceiros, sobrando, líquidos, 96% de cada R\$ 1,00 de receita de juros. (FIPECAFI, 2005, p. 6).

TABELA 3 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS (EM R\$ BILHÕES)

	Créd.	Tes.	Serv.	Total
Origens				
Receitas de juros	59,1	28,1		87,2
(-) Prov. P/ cré. Liq. Duvidosa	(7,4)			(7,4)
receita de serviços e outras			39,8	39,8
(-) Desp. C/ 3. ^o s, deprec. E amortiz (*)	(14,0)	(2,0)	(20,1)	(36,1)
Riqueza obtida	37,7	26,1	19,7	83,5
Destinações				
Despesas de juros	21,4	20,6	-	42,0
Recursos humanos	6,1	0,9	8,7	15,7
Tributos	4,7	1,9	6,1	12,7
Lucro líquido	5,5	2,6	4,9	13,0
Riqueza distribuída	37,7	26,1	19,7	83,5

Os *spreads* bancários podem ser afetados por outras variáveis, além das taxas de juros externas e internas com foi visto no capítulo 2. Neste capítulo, são sugeridas algumas dessas variáveis, como a concentração bancária, que com o conseqüente aumento na competitividade entre os agentes poderá exercer uma pressão sobre os *spreads* na medida em que se reduzem os juros cobrados dos clientes. Essa redução das taxas de juros pode também ser fruto de um aumento no volume de crédito disponibilizado pelos bancos junto ao mercado, afetando mais uma vez a competitividade. Ainda podemos verificar uma redução nos *spreads* bancários através de operações com menor risco de crédito, como o crédito consignado. Já as operações que contam com recursos subsidiados pelo Governo Federal, como os créditos agrícolas e as operações orientadas para o crédito imobiliário podem reduzir ou aumentar os *spreads* bancários, dependendo do efeito do resultado líquido desta carteira de crédito subsidiado no resultado líquido da carteira total de crédito dos bancos.

3.5 ESTUDOS PARA O BRASIL DOS FATORES MICROS QUE AFETAM O SPREAD

Neste capítulo apresentam-se resultados empíricos do período entre 2001 e 2006, conforme os estudos do Banco Central.

3.5.1 Aspectos metodológicos dos trabalhos do Bacen sobre *spread* bancário

Em 1999, o BACEN realizou seu primeiro trabalho sobre *spread* bancário, denominado “Relatório do Bacen – Juros e *Spread* Bancário no Brasil – 1999”, conseqüentemente, dá-se início à metodologia da decomposição do *spread* bancário, que vem sendo atualizada a cada ano pelo Banco Central.

Inicialmente, em seu primeiro relatório, o Banco Central analisou dados agregados dos principais bancos privados do país, construindo uma composição para o *spread* bancário brasileiro que teve início com os componentes: inadimplência; despesas administrativas; impostos indiretos (inclusive CPMF); impostos diretos; e lucro líquido.

No relatório de 2000, a principal alteração refere-se ao cálculo das despesas de inadimplência. Na estimação destas despesas foram, utilizados os

fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito, apurados a partir dos demonstrativos mensais de resultado dos bancos, ao invés de saldos de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD). Apesar do saldo do PDD ser um tradicional indicador de inadimplência bancária, sua utilização ficou seriamente prejudicada após as alterações nas regras de provisionamento determinadas pela Resolução 2.682, de 21.12.1999.

A metodologia utilizada em 2001 é exatamente a mesma daquela utilizada em Juros e Spread Bancário no Brasil – 2000. Porém, neste relatório, utilizando-se de técnicas econométricas, NAKANE e KOYAMA, realizaram a decomposição do spread bancário em fatores relacionados à taxa Selic, a uma medida de risco, às despesas administrativas e aos impostos indiretos. Adicionalmente, NAKANE e KOYAMA, através de exercício estatístico, avaliaram o comportamento do spread bancário, segmentando sua composição em dois fatores: um de ordem inercial, denominado de persistência, que indica uma relação entre os valores presentes e passados do spread, dentre os quais se destaca a longa dependência; e outro de ordem conjuntural que, tendo sido retirado a componente persistência, resulta da influência de fatores macroeconômicos.

Nos relatórios de 2002 e 2003, foi utilizada a mesma metodologia anterior, incluindo apenas o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) na composição do spread. Nesses relatórios não foi possível repetir os exercícios realizados por NAKANE e KOYAMA, em 2001, em função de uma quebra estrutural na série, pois o comportamento mais estável do spread bancário doméstico não pode mais ser explicado pelo risco do *C-Bond* utilizado naquele trabalho.

Em 2004, alguns aspectos metodológicos, como, o cálculo do custo de contribuição para o sistema de seguro de depósitos e da cunha tributária, foram adotadas sem alterações. Por outro lado, retomou-se a mensuração do custo do compulsório e corrigiram-se problemas de mensuração da inadimplência. Além disso, agregou-se uma nova abordagem de alocação de custos administrativos que passou a incorporar as proporções encontradas com base no algoritmo de Aumann-Shapley. Vale destacar que, nesse relatório, os subsídios cruzados, gerados pelas operações de crédito direcionado, ainda não foram incluídas e resolvidas.

No Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2005, o Bacen realizou importantes avanços metodológicos, embora a base utilizada seja a mesma apresentada no “Relatório de Economia Bancária” de 2004. Abaixo algumas modificações que foram destacadas no Relatório de 2005.

A primeira delas se refere ao cálculo da inadimplência. A partir deste ano, a componente de inadimplência passa a ser definida com base nas regras de provisionamento ditadas pela Resolução 2.682/1999. Isso significa que a inadimplência é calculada com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e suas respectivas provisões mínimas.

A segunda alteração diz respeito a um ajuste na metodologia de alocação de custos administrativos, mais precisamente na estimação da função custo para o setor bancário brasileiro. Repete-se aqui a formulação adotada no ano anterior, ou seja, estima-se a função custo para o setor bancário brasileiro com base nas informações contábeis dos bancos comerciais, bancos múltiplos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O período considerado compreende de 2000 a 2004, com dados de dezembro de cada ano. Para tanto, são considerados os volumes dos produtos ofertados pelos bancos em tesouraria, crédito livre, crédito direcionado e câmbio e o preço dos insumos trabalho, administrativos, depósitos e capital. É justamente neste último que se concentra a alteração relevante. A partir deste ano, o preço do capital passa a ser a razão entre a soma de quatro contas de despesas – aluguéis, arrendamento de bens, manutenção de bens (antes considerados no cômputo das despesas administrativas) e despesas com depreciação – e ativo permanente. Isso gerou alterações nos parâmetros estimados da função custo e, por consequência, nos preços de Aumann – Shapley encontrados.

A terceira alteração diz respeito à inclusão dos subsídios cruzados relativos ao crédito habitacional e ao crédito rural, objetivando mais um avanço no sentido de precisar a composição do *spread* bancário no Brasil.

Finalmente, vale ressaltar que, na etapa inicial de cálculo da decomposição, especificamente na estimação da função custo, diferentes especificações foram testadas, envolvendo tratamentos alternativos para as receitas de serviços. Foram estimadas funções custo em que serviços receberam o mesmo tratamento da formulação, do ano passado. A saber, suas receitas foram

abatidas das despesas de depósito e do custo total (decomposição REV); outra desconsidera as receitas de serviços (decomposição Revnoserv); outra em que o item serviços é tratado como um quinto produto; e a última, em que a receita de serviços é utilizada para abater o custo dos depósitos apenas.

Infelizmente, embora os resultados tenham se mostrado bastante robustos, tanto em termos de sinais dos coeficientes como na sua significância, o padrão não se repetiu no cálculo dos preços de Aumann-Shapley e no próprio cálculo da decomposição. Com isso, optou-se por reportar apenas os resultados às duas primeiras formulações.

3.5.2 Composição e decomposição do spread bancário

3.5.2.1 Composição

Segundo o relatório do BACEN (2005), pode-se observar os itens que compõem o *spread* bancário no Brasil. Sua composição é formada pelos seguintes itens: custos administrativos; inadimplência; compulsório e tributos; impostos diretos; e resíduo líquido, que vem a ser o lucro dos bancos. Desses itens, destaca-se, na participação da composição total do *spread*, a inadimplência, com 34 % de participação, e os custos administrativos, com 22 %.

Um dos itens de conclusão sobre os determinantes do *spread* bancário no Brasil realizado por COSTA e NAKAME (2004, p. 11) é que “a inadimplência responde por uma parcela expressiva do *spread* bancário no Brasil”, concordando com PINHEIRO (2003) que isso é reflexo de um ambiente de insegurança que tem como causa dificuldades de execução de garantias e recuperação de créditos, surgindo problemas que dificultam o estabelecimento das taxas de empréstimo.

Esses e os demais componentes do *spread* foram contemplados por KOYAMA e NAKANE (2002), que realizaram estudos econométricos do *spread* bancário brasileiro e identificaram a importância de fatores associados à taxa de juros Selic, aos impostos indiretos, aos custos administrativos e ao risco dos títulos da dívida externa do governo, e observaram que o fator que mais se destaca é o risco, importante na formação do *spread*.

3.5.3 Decomposição do *Spread*

Quanto aos imposto indiretos e contribuições PIS CONFINS IOF, em 10 de setembro de 2004, o jornal *Valor Econômico* publicou que o governo não aceita totalmente a idéia de desonerar a intermediação financeira do PIS/COFINS, como alternativa de induzir à redução do *spread* bancário. O estudo pretendia baixar de 3,65% para zero a alíquota do PIS/COFINS que incide sobre as receitas financeiras totais dos bancos abatidas das despesas de captação, o que significa toda a receita apurada com a intermediação financeira. E, simultaneamente, dobrar a alíquota sobre receitas apuradas com serviços bancários (tarifas), a qual passaria de 4,65% para 9,25%. Isso porque não existiriam garantias de que renunciando à receita líquida e certa de, aproximadamente, R\$ 12 bilhões, ao ano, com as incidências do PIS/CONFINS, o governo estaria transferindo o benefício ao tomador final de crédito no modo de redução de *spread* bancário, uma vez que haveria o receio de que o sistema bancário se apropriaria do ganho para elevar seus lucros bancários.

No que se refere à inadimplência, segundo MEIRELLES (2004, p. 17), ela aumenta o *spread* bancário “porque exige que o banco, para cobrir seus custos, imponha uma taxa mais elevada para os tomadores que pagam seus empréstimos em dia, de forma a compensar aqueles que não pagam”.

4 CUSTOS ADMINISTRATIVOS

4.1 COMPORTAMENTO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Segundo NAKANE e KOYAMA (2002), os custos administrativos dos bancos no Brasil ainda são altos se comparados a padrões internacionais, refletindo o superdimensionamento do setor, principalmente no que diz respeito ao número de agências e à baixa alavancagem de operações de empréstimo no país. As despesas administrativas, por apresentarem um custo fixo elevado, exigem economias de escala. Sua redução, no passado recente, reflete o aumento do volume de operações de crédito, ou seja, ganhos de escala e a maior eficiência do setor bancário.

Para o relatório do BACEN (2005), o alto custo administrativo constitui uma parcela significativa do *spread* bancário no Brasil, sendo de 21,56 % em 2004. O problema é particularmente grave no caso de empréstimos concedidos a pessoas físicas, em que o custo fixo da administração do empréstimo é diluído em um reduzido volume de operações, levando a um alto custo administrativo por unidade monetária de crédito concedido. (BACEN, 2005).

Os custos administrativos vêm crescendo em importância na composição do *spread* bancário na medida em que a taxa básica de juros vem caindo e que o cenário macroeconômico ganha maior estabilidade. Em 2001, eles eram de 19,84 % na composição do *spread*, enquanto que, em 2004, eles chegaram a 21,56 %. Juntamente com componente inadimplência eles foram os únicos elementos que tiveram elevação relativa na composição do *spread*, no período (BACEN, 2005).

A ferramenta principal da análise será a metodologia do custo administrativo do *spread* bancário no Brasil utilizada pelo Banco Central do Brasil. Este trabalha com operações de carteira livre e o algoritmo de AUMANN-SHAPLEY (AS) que aloca o custo unitário a ser imputado a cada produto de forma que se tenha a alocação do custo total, obedecendo a critérios de eficiência.

5 CONCLUSÃO

Na análise dos custos administrativos na formação do *spread*, observou-se, no decorrer do presente trabalho, que existem intensas discussões a respeito do *spread* elevado no Brasil, o que está relacionado à taxa de juros, entre outros itens, também considerada a mais alta do mundo.

Diversos estudos citados revelam detalhes, como as medidas de risco Brasil, que se relacionam com as demais taxas aqui analisadas; os determinantes do *spread* implícito no C-bond e estudos que explicam o *spread* brasileiro pelo grau de endividamento externo e que destacam que os determinantes dos juros externos estabelecem o patamar inferior dos juros internos ou domésticos.

Dentre os fatores que afetam o *spread* bancário, foram discutidos elementos como a concentração dos bancos, que com o conseqüente aumento na competitividade entre os bancos, poderá haver uma redução dos spreads na medida em que se reduz os juros cobrados dos clientes.

Alguns autores, como Oreiro e Paula, defendem que os bancos devem voltar sua atenção às políticas públicas em vez de aumentarem suas margens de lucro, mas estudos realizados pela FIECAFI concluíram que se o juro bancário no Brasil é elevado, o lucro líquido que os bancos apuram com empréstimos e financiamentos é menor do que se imagina.

Quanto aos mercados de crédito rural e de crédito habitacional, como se viu na realização deste trabalho, existem problemas de eficácia e eficiência dos direcionamentos na realização dos objetivos e como conseqüência de seus subsídios podemos verificar oscilações positivas ou negativas nos spreads bancários.

No que se refere ao mercado de empréstimos consignados em folha de pagamento, elegendo especificamente o crédito consignado do INSS, considerou-se que teve uma expressiva atuação no período de 2003 a 2005, ou seja, aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos aposentados e pensionistas já fizeram esse tipo de empréstimos e mais de 70% das operações se realizaram com prazos acima de 30 meses. O mercado de empréstimo consignado continua apresentando potencial de desenvolvimento e despertando o interesse dos bancos na medida em que possui um risco de crédito menor. Este interesse dos bancos por este tipo

de operação, que apresenta uma taxa de juros menor, também pode reduzir os spreads bancários.

Já os custos administrativos vêm crescendo em importância na composição do *spread* bancário na medida em que a taxa básica de juros vem caindo, e que o cenário macroeconômico ganha maior estabilidade, gerando oportunidade para os bancos aumentarem suas ofertas de crédito, o que, como já vimos, irá reduzir ainda mais as taxas praticadas pelos bancos, aumentando a importância dos custos administrativos na composição do *spread* bancário.

Portanto, conclui-se que os bancos que obtiveram uma maior eficiência operacional, dada pela redução de seus custos administrativos, obterão um maior resultado líquido em suas operações. Portanto, é de fundamental importância a análise os custos administrativos dos bancos públicos e privados no sentido de verificar a existência ou não destas diferenças.

REFERÊNCIAS

AFANASIEFF, Tarsila S.; LHACER, Priscila M. V.; NAKANE, Márcio I. The Determinants of Bank Interest Spread in Brazil. **BBC Working Papers**, v. 46, 2002.

AGÊNCIA BRASIL. **Bancos mantêm crescimento dos lucros em 2004.**

Disponível em:

http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=217029&editoria=&q=1>

Acesso em: 22 jul. 2007.

ANGBAZO; Larau. "Commercial Bank Net Interest Margins, Default Risk, Interest-Rate Risk and Off-Balance Sheet Banking." **Journal of Bank & Finance**, v. 21 n.1, p. 55-87, 1997.

ARAUJO, Luiz Alberto D'Ávila de; JORGE NETO, Paulo de Melo; PONCE, David Agustín Salazar. **Competição e concentração entre os bancos brasileiros.**

Disponível em:<

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2005/docs/competicao_e_concentracao_entre_os_bancos_brasileiros.pdf> Acesso em: 24 jul. 2007.

ARRUDA, Carlos, TELLO, Rafael, ARAUJO Marina **Análise do relatório de competitividade de 2006–2007 do World Economic Forum (WEF).** Disponível em:

http://www.fdc.org.br/parcerias/upload/outros/analise_global_competitiveness_report_2006_2007.pdf>

ARRUDA, Antônio; GONÇALVES, Reinaldo. Gravidade do problema e êxito do Plebiscito. Pucviva, n. 10, 2000. Disponível

em:<http://www.apropucsp.org.br/revista/r10_r05.htm.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e spread bancário no Brasil**. Outubro de 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e spread bancário no Brasil**: avaliação de um ano do projeto. Novembro de 2000. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload112000.pdf>> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e spread bancário no Brasil**: avaliação de dois anos do projeto. Novembro de 2001. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload112001.pdf>> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e spread bancário no Brasil**: avaliação de três anos do projeto. Dezembro 2002. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospreload122002.pdf>> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e *spread* bancário no Brasil**: avaliação de quatro anos do projeto. Dezembro 2003. Disponível em:< http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Relatório de economia bancária e crédito. Avaliação de cinco anos do projeto Juros e Spread Bancário**. Dezembro 2004. Disponível em:< http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf> Acesso em: 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Relatório de economia bancária e crédito**. 2005.

_____. **C-Bond**. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?id=GLOSSARIO&Definicao=c-bond>> Acesso em 15 jul. 2007.

_____. **Taxa selic**. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/?> Acesso em: 20 mai. 2007.

BANCO MUNDIAL. **Brazil: access to financial services**. Brazil Country Management Unit, Report N. 27773-BR, fev. 2004.

BELAISCH, A. **Do Brazilian banks compete?** IMF Working paper WP/03/113, 2003.

BILLERA, L. J., HEATH, D. C., e VERRECCHIA, R. E. A unique procedure for allocating common costs from a production process, **Journal of Accounting Research**, n. 19, p. 185–196, 1981.

CINTRA, Marcos. *Spread: reflexo do poder dos bancos no Brasil*. *Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 16-16, jan. 2005.

COSTA, Ana Carla Abrão e NAKANE, Márcio I. **Revisitando a metodologia de decomposição do *spread* bancário no Brasil**, mimeo, 2004.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makron Books, 1999.

_____. COSTA, Ana Carla A. **Mercado e crédito**: Uma análise econométrica dos volumes de crédito total e crédito habitacional no Brasil. *Trabalhos para discussão do Banco Central do Brasil*, n. 87, dez. 2001.

_____. **A decomposição do *spread* bancário no Brasil**. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/Pec/SemEcoBanCred2004/Port/paperIII.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2007.

COUTINHO, R. **Spread e concentração bancária no Brasil**. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, Curitiba: CSA/UFPR, 2003.

DIEESE – Uma análise da margem de ganho dos bancos. **Nota Técnica**, n. 35, p. 1-10, out. 2006. Disponível em:<
<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec35bancos.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2007.

FUNDAÇÃO PROCON-SP. **Bancos públicos e privados não têm grande diferença de tarifas, juros ou serviços**. (2005). Disponível em:
<http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=217654>> Acesso em: 24 jul. 2007.

GARCIA, Márcio G. P.; DIDIER, Tatiana. Taxa de juros, risco cambial e risco Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, v. 33, p. 253-297, ago. 2003. Disponível em:
<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200102017.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA CONTÁVEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Estudo sobre a apuração do spread da indústria bancária. (Resumo)**. 2005. Disponível em:
http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/Fipecaf_Internet.pdf> Acesso em: 20 jul. 2007.

GREMAUD, Amary P.; VASCONCELLOS, Marco a. Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GUIMARÃES, C. B. A indústria pede *spreads* menores para poder crescer. **Gazeta Mercantil**, n. 22830, ano LXXXIV, 16 maio 2004.

HO, Thomas S. Y.; SAUNDERS Anthony. "The Determinants of Bank Interest Margins: Theory and Evidence." **The Journal of Financial and Quantitative Analysis**, v. 21 n. 4, p. 581-600, 1981.

JAUMANDREU, J. & J. Lorences. Modeling price competition across many markets (An application to the Spanish loans market). **European Economic Review**, n. 46, p. 93-115, 2002.

KESSEL, M. **O crédito rural no Brasil**. Nota técnica, BCB-Depec, 2001.

MAUDOS, Joaquín; GUEVARA, Juan Fernández. Factors Explaining the Interest Margin in the Banking Sectors of the European Union. **Journal of banking and Finance**, v.28, n. 9, p.2259-2281, 2004.

MEIRELLES, Henrique de C. **Políticas de crédito no Brasil**. Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em:<

file:///C:/WINDOWS/Configura%E7%F5es%20locais/Temporary%20Internet%20Files/Content.IE5/0DEF1UN/683,1,Slide 17> Acesso em: 15 jun. 2007.

MORENO, Ramon. Brasil tem maior spread bancário do mundo. **Jornal do Comércio** (RS), 8 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>> Acesso em 20 jun. 2007

NAKANE, M. I. Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e *spread* bancário no Brasil: avaliação de quatro anos de projeto**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003, p. 58-67.

NAKANE, M. **A test of competition in brazilian banking**, texto para discussão, 02/2001, FEA-USP, 2001.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: introdução ao Direito Econômico**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: RT, 2001.

OLIVEIRA, G. C. **Análise do *spread* bancário no Brasil após o Plano Real (1994-2003)**. Dissertação (Mestrado em Economia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004.

OLIVEIRA, José Carlos. **Bancos públicos e privados não têm grande diferença de tarifas, juros ou serviços**. (2005). Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=217654>> Acesso em: 24 jul. 2007.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando. Fatores macroeconômicos do *spread* bancário. **Valor Econômico**, 12 jan. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/fatores_macro_spread_bancario.pdf> Acesso em 18 jun. 2007

OREIRO, José Luis da Costa; PAULA, Luis Fernando de. SILVA, Jonas Costa da; ONO, Fábio Hideki. Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Econ. Apl.**, v. 10, n. 4, Ribeirão Preto, out./dez. 2006.

PANZAR, J. & J. Rosse (1987). Testing for monopoly equilibrium, **Journal of Industrial Economics**, 3, 443-446.

PETTERINI, F.; JORGE NETO, P. M. **Análise da competição dos bancos privados nacionais nas operações de crédito do sistema financeiro nacional**. Dissertação (Mestrado em economia)-CAEN/UFC, 2003.

PINHEIRO, Armando C. O componente judicial dos *spreads* bancários. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia bancária e crédito: avaliação de quatro anos do projeto juros e spread bancário**. Banco Central do Brasil, dez. de 2003.

RADIOBRÁS. **Bancos públicos e privados não têm grande diferença de tarifas, juros ou serviços.** (2005). Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/abrnr/brasilagora/materia.phtml?materia=217654>> Acesso em: 24 jul. 2007.

RAMSEY, F. A contribution to the theory of taxation. **Economic Journal**, v. 37, p. 47-61, 1927.

RELATÓRIO DE CAPTAÇÕES DE MERCADO. **Primeiro semestre de 2005.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/renda_fixa/rel_jun05.pdf> Acesso em 23 jul. 2007.

ROCHA, Kátia; MOREIRA, Ajax R. B; MAGALHAES, Ricardo. **Determinantes do spread brasileiro:** uma abordagem estrutural. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, N. Credit rationing in markets with imperfect information. **American Economic Review**, 1981.

TAKEDA, T.; ROCHA, F.; NAKANE, M. L. The reaction of bank lending to monetary policy in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 1, jan./mar. 2005.

TAVARES, Flávio Leitão; TAVARES, José Fernando Cosentino; MOURA, José Ri Gonçalves Rosa. **Nota técnica conjunto 04/2006.** Brasília: Congresso Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/notas%20conjuntas/NTC%2004-2006%20Audi%C3%Aancia%20Banco%20Central-20%206%2006.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2007.

TROSTER, Roberto Luis. **Concentração bancária.** Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Conc0404.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2006.

VALOR ECONÔMICO. Brasil - **Debate sobre spread volta à estaca zero.** São Paulo, 10 set. 2004. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=149040>> Acesso em: 21 jun. 2007.

YOUNG, H. P. Cost allocation. In? **Handbook of Game Theory.** Editado por by R. J. Aumann e S Hart, v. 2, Amsterdam: Elsevier Science, 1994.